



## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2.026**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Cambé a audiência pública destinada à apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2.026, em conformidade com o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estiveram presentes

Vereador Odair Paviani, presidente da Câmara Municipal de Cambé;

Vereador Isaias Proença de Farias;

Sr. Wilson Rico, secretário municipal de auditoria e controle interno, representando o prefeito Conrado Scheller;

Sr. Emerson Radigonda, diretor do departamento de planejamento orçamentário;

Sr. Eduardo Anzola Pívaro, contador;

Sra. Valdilene R. Amaral, Assessora

Sr. Thiago Mossini, mestre de cerimônias

Thiago Mossini deu início a Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2.026, com leitura do texto: “ Em cumprimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz da transparência da gestão fiscal, assim definida, artigo 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal e as versões simplificadas destes documentos. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Esta audiência tem como objetivo apresentar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias a LDO elaborado para o exercício de 2026. A Lei de Responsabilidade Fiscal cria condições para a implantação de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos e incentiva o exercício da cidadania, especialmente no que se refere à participação do contribuinte no processo de elaboração das propostas de leis de natureza e do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e avaliação dos resultados.”

Sr. Thiago Mossini registra a presença das autoridades, técnicos, demais presentes e justificou a ausência do secretário municipal de fazenda, Sr. Gabriel Cândido, que se encontrava em treinamento na cidade de Curitiba.

O presidente da Câmara, vereador Odair Paviani, declarou aberta a audiência pública, ressaltando a importância da participação popular e dos vereadores na construção do projeto de lei. Em seguida, Sr. Thiago Mossini convidou as autoridades a se dirigirem à plenária e passou a palavra ao técnico do Departamento Orçamentário da Prefeitura de Cambé, Sr. Emerson Radigonda.

Emerson apresentou os fundamentos da LDO, explicando sua função de conectar o planejamento de longo prazo (PPA) com as ações necessárias ao dia a dia, concretizadas na lei orçamentária anual (LOA). Foram exibidos os seguintes quadros e anexos:



## **BASE LEGAL**



- ▶ **Constituição Federal, Art. 165, Parágrafo 2º;**
- ▶ **Art. 4º da Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2.000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;**
- ▶ **Lei Orgânica do Município.**
- ▶ **Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)**



## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**



### **ESTRUTURA DO PROJETO DE LEI**

- ▶ **Texto da Lei**
- ▶ **Anexos**





## **COMPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**



- ▶ Mensagem de Lei encaminhando o projeto de lei ao Legislativo;
- ▶ Disposições preliminares, evidenciando o conteúdo da LDO;
- ▶ Capítulo I – Das metas e prioridades da administração municipal;
- ▶ Capítulo II – Da organização e estrutura dos orçamentos;
- ▶ Capítulo III– Da Reserva de Contingência;
- ▶ Capítulo IV – das diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- ▶ Capítulo V – das diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;



## **COMPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**



- ▶ Capítulo VI – Das alterações orçamentárias;
- ▶ Capítulo VII – Das transferências públicas;
- ▶ Capítulo VIII – Das disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- ▶ Capítulo IX – Das disposições sobre alterações na legislação tributária;
- ▶ Capítulo X – Das disposições gerais.





## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO



### ANEXOS DA LDO

- ▶ Anexo de Metas e Prioridades;
- ▶ Anexo de Metas Fiscais;
- ▶ Anexo de Riscos Fiscais;
- ▶ Demonstrativo de Obras em Andamento; e
- ▶ Avaliação da situação financeira e atuarial do Plano de Previdência



## MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO



ESTIMATIVA DA RECEITA E DESPESA FORAM UTILIZADOS CRITÉRIOS

### Parâmetros Macroeconômicos

INDICADORES ECONÔMICOS	2025	2026	2027	2028
Inflação Média (%anual)	5,66	4,48	4,00	3,78
Taxa de Crescimento do PIB (%)	1,99	1,60	2,00	2,00
IGP-M (%)	5,62	4,55	4,00	4,00
Taxa Selic (%) – MÉDIA	15,00	12,50	10,50	10,00

FONTE: BACEN – Banco Central – Sistema de Expectativas de Mercado (Série FOCUS) em 14/03/2025

Visando manter uma política fiscal equilibrada, na elaboração das metas fiscais anuais para a LDO, correspondente aos anos de 2026, 2027 e 2028, foi adotado o cenário macroeconômico, metodologias de cálculos, como referência para a projeção das receitas, com base na arrecadação de exercícios anteriores, valores orçados e reestimados para 2025, bem como as perspectivas de desenvolvimento da economia para os próximos anos.



## RECEITAS

RECEITAS	2026
	PREVISAO
<b>RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)</b>	<b>519.750.888</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>133.947.638</b>
IPTU	40.560.354
ISS	32.416.135
ITBI	15.489.955
IRRF	39.547.672
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.933.522
<b>Contribuições</b>	<b>15.641.057</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>14.342.682</b>
Aplicações Financeiras (II)	12.973.751
Outras Receitas Patrimoniais	1.368.931
<b>Transferências Correntes</b>	<b>347.571.071</b>
Cota-Parte do FPM	93.521.968
Cota-Parte do ICMS	93.240.066
Cota-Parte do IPVA	24.188.409
Cota-Parte do ITR	2.624.593
Transferências da LC 61/1989	2.056.102
Transferências do FUNDEB	85.095.184
Outras Transferências Correntes	46.844.748
<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>8.248.440</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (III)</b>	<b>118.734.267</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (IV)</b>	<b>19.973.498</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (V)</b>	<b>3.342.283</b>
<b>RECEITA TOTAL (VI) = ( III + IV + V )</b>	<b>661.800.936</b>

## DESPESAS

DESPESAS	2026
	PREVISAO
<b>DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)</b>	<b>517.449.433</b>
Pessoal e Encargos Sociais	255.857.220
Juros e Encargos da Dívida	2.731.793
Outras Despesas Correntes	258.860.420
<b>DESPESAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (II)</b>	<b>83.736.550</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (III)</b>	<b>20.474.953</b>
Investimentos	15.000.000
Inversões Financeiras	13.000
Amortização da Dívida	5.461.953
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (IV)</b>	<b>1.800.000</b>
<b>RESERVA RPPS (V)</b>	<b>38.140.000</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (VI)</b>	<b>200.000</b>
<b>DESPESA TOTAL (VII) = ( I + II + III + IV + V + VI )</b>	<b>661.800.936</b>



## EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023	2022
TOTAL	367.394.142,77	320.659.023,73	299.355.821,25

### REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023	2022
TOTAL	39.745.500,47	78.706.429,44	30.330.325,23

FONTE: Departamento de Contabilidade – Sistema E-contab. Anexo 14 – Balanço Patrimonial (Consolidado)

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO R.P.P.S.

Especificações	2022	2023	2024
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	63.720.839,45	74.539.331,59	77.543.497,22
TOTAL DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	52.334.029,91	59.233.198,54	67.300.698,57
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	11.386.809,54	15.306.133,05	10.242.798,65
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	12.427.096,17	15.109.109,08	18.369.953,38
BENS E DIREITOS DO RPPS	231.077.835,41	868.606.164,39	874.635.254,64

\*FONTE: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - 2022, 2023 e 2024.

## ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA

# 2026 = R\$ 19.285.977,85

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda



**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

**Passivos contingentes e demais  
riscos fiscais**

**R\$ 23.086.221,68**

**PROVIDÊNCIAS:**

**Abertura de créditos adicionais a partir da  
redução de dotação de despesas  
discricionárias**

**R\$ 23.086.221,68**

FONTE: Procuradoria Jurídica do Município de Cambé

Após a apresentação, Sr. Emerson colocou-se à disposição para esclarecimentos.

O vereador Odair Paviani agradeceu a exposição e questionou sobre possíveis medidas de contenção de gastos diante de um cenário econômico adverso. O Sr. Vilson Rico respondeu que as projeções foram realizadas com cautela, visando equilíbrio fiscal, e que existem mecanismos legais para bloqueio de empenhos em caso de desequilíbrio. Informou que a prefeitura realiza estudos mensais para avaliar despesas e projetar cenários futuros.

O vereador Odair levantou ainda a questão sobre eventuais aumentos ou cortes orçamentários nas secretarias, visto que algumas delas apresentaram queixas em visitas que receberam dos vereadores. O Sr. Vilson esclareceu que não houve corte em nenhuma secretaria, programa ou atividade, e que o orçamento foi projetado considerando também o estudo dos históricos de anos anteriores. Reforçou a importância do prévio planejamento quando da inclusão de novos projetos e captação de recursos.

Por fim, o vereador Odair Paviani indagou sobre a previsão de construção de novas unidades de saúde e educação. O Sr. Vilson respondeu que tais investimentos serão detalhados na apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA), uma vez que a LDO trata das metas e índices de controle.

Encerradas as manifestações, o mestre de cerimônias, Sr. Thiago Mossini, finalizou a audiência pública.